



Secretaria de Estado
de Fazenda do Estado
do Rio de Janeiro
Concurso Público 2010
PROVA 2 – 15/05/2011
Caderno de Provas Objetivas



ANALISTA DE CONTROLE INTERNO TIPO 1 – BRANCO

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 1.** Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 1;
 - b) este caderno de prova tipo 1, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portando aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar eliminação sumária do candidato.**
- Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- Ao receber a folha de respostas, é sua **obrigação**:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- Você deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- Em hipótese alguma haverá substituição das folhas de respostas por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de cinco horas.
- Você somente poderá sair do local de prova 2 (duas) horas após o seu início.
- Você somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.

CONTROLE INTERNO

1

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que detectamos eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização.

Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal.

Nesse diapasão, a sociedade é agente passivo e ativo no processo, identificando tanto as impropriedades para eliminá-las como as melhorias para incentivá-las. Assim, consegue-se um esforço geral menor, com maiores e melhores resultados para a própria sociedade.

Acerca do controle na administração pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De acordo com a Lei 4.320/64, tal controle compreenderá a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações e a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (B) De acordo com a Constituição da República de 1988, os gastos públicos estão sujeitos a dois tipos de controle: interno e externo.
- (C) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Legislativo, mediante Controle Externo, e pelo Sistema de Controle Interno de cada Poder.
- (D) Nos municípios onde houver Tribunal de Contas, o controle externo será exercido exclusivamente por ele.
- (E) O controle interno deverá apoiar o controle externo na fiscalização dos gastos públicos.

2

O processo de tomada de contas do ordenador de despesa da administração direta será constituído dos seguintes elementos, dentre os quais não deverá constar, consoante o regulamento do Código de Administração Financeira,

- (A) demonstrativo da execução orçamentária, abrangendo créditos orçamentários e adicionais.
- (B) demonstrativo das responsabilidades não regularizadas no período.
- (C) balanço social.
- (D) conciliação do saldo bancário.
- (E) cópias da primeira e última folhas dos extratos da conta bancária relativamente ao período de gestão dos responsáveis.

3

Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com as finalidades indicadas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Prender, administrativamente, os que promoverem o desvio de recursos públicos, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- (D) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (E) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

4

Acerca do controle na administração pública, é correto afirmar que

- (A) os responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas somente nos casos em que o valor ultrapassar setecentos e cinquenta UFIR e após a conclusão de sindicância em que seja comprovado o dolo.
- (B) qualquer partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas da União. O cidadão que o desejar fazer deverá vincular-se a uma dessas entidades.
- (C) tem como finalidade proteger e salvaguardar os bens e outros ativos contra perdas, fraudes ou erros não intencionais e assegurar o grau de confiabilidade da informação contábil-financeira que poderá ser utilizada pela administração superior com base para suas decisões.
- (D) não objetiva a promoção da eficiência das operações.
- (E) tem como principal viés o cumprimento da legalidade. A análise da efetividade dos gastos públicos começará a ser apurada a partir de 2012, consoante o disposto em recente alteração da Lei 4.320/64.

5

Entre as atribuições do Tribunal de Contas, é correto afirmar que se destaca

- (A) julgar as contas do Chefe do Executivo, dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (B) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada legalidade.
- (E) sustar, se não atendido, a execução do ato ou contrato impugnado.

6

Acerca do controle, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A auditoria, no Serviço Público Estadual, é atividade de fiscalização e assessoramento e constitui etapa superior e final do controle interno.
- (B) inspeções e verificações locais da ação dos responsáveis por bens, numerário e valores do Estado ocorrerão, exclusivamente, por ocasião das prestações e tomadas de contas anuais ou por fim de gestão.
- (C) A auditoria tem por finalidade criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Estado e regularidade à realização da receita e despesa.
- (D) A auditoria deve acompanhar a execução dos programas de trabalho e a dos orçamentos e avaliar os resultados alcançados pelos administradores, verificando, ainda, a execução dos contratos.
- (E) São competentes para o desempenho do Controle Interno, no âmbito do Poder Executivo, a Auditoria Geral, como órgão central, a Inspeção Geral de Finanças, as Inspeções Setoriais de Finanças e os órgãos de contabilidade.

7

NÃO estão sujeitos ao Controle Interno

- (A) o gestor de dinheiro e todos quantos houverem preparado e arrecadado receitas orçamentárias e extraorçamentárias, hajam ordenado e pagado despesas orçamentárias e extraorçamentárias, ou tenham, sob sua guarda ou administração, bens, numerário e valores do Estado ou pelos quais este responda.
- (B) os servidores do Estado ou qualquer pessoa ou entidade, estipendiados pelos cofres públicos ou não, que derem causa a perda, extravio, dano ou destruição de bens, numerário e valores da Fazenda ou pelos quais ela responda.
- (C) os dirigentes de entidades autárquicas, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e responsáveis por adiantamentos.
- (D) os dirigentes de serviços industriais ou comerciais e de repartições ou órgãos incumbidos da execução de serviços ou planos específicos com autonomia administrativa ou financeira, mas sem personalidade jurídica.
- (E) as entidades de direito privado que tenham recebido ou não auxílios e subvenções do Estado.

8

Acerca do controle interno, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que

- (A) a sujeição do Controle Interno reveste as modalidades de (1) prestação de contas, (2) tomada de contas e (3) acompanhamento dos programas de trabalho.
- (B) a tomada de contas é o procedimento pelo qual, dentro dos prazos fixados em lei, regulamento ou instrução, o responsável está obrigado, por iniciativa pessoal, a comprovar, ante o órgão competente, o uso, o emprego ou a movimentação dos bens, numerário e valores que lhe foram entregues ou confiados.
- (C) haverá tomada de contas dos dirigentes de entidades autárquicas, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista, serviços industriais ou comerciais e de repartições ou órgãos incumbidos da execução de serviços ou planos específicos, com autonomia administrativa ou financeira, mas sem personalidade jurídica.
- (D) haverá tomada de contas de todos quantos tiverem, formalmente expressa, nos atos pelos quais assumam responsabilidade por uso, emprego, guarda ou movimentação de bens, numerário e valores, a obrigação de comprovar, por iniciativa pessoal, o cumprimento dos encargos em causa.
- (E) haverá tomada de contas dos responsáveis pela execução de contratos formais decorrentes de concorrência, ou de sua dispensa.

9

Assinale a alternativa correta, consoante o disposto no Decreto 3.148/80.

- (A) Nos órgãos da administração indireta e nas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, os processos de tomadas e prestação de contas serão encaminhados à Auditoria Geral do Estado, por meio das Secretarias de Estado, para pronunciamento e admissão do competente certificado de auditoria, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do término do contrato.
- (B) Prestação de contas, para efeito do controle interno, é a ação desempenhada pelo órgão competente, nos casos em que a lei, o regulamento ou a instrução não obriguem o responsável à modalidade da prestação de contas, ou, quando exigível esta, o responsável não a cumpre.
- (C) Haverá prestação de contas dos dirigentes e responsáveis, nos órgãos centrais de administração de créditos orçamentários, para os fins da fiscalização do emprego das dotações orçamentárias.
- (D) Haverá tomada de contas dos órgãos que, de qualquer modo, autorizem despesas orçamentárias e extraorçamentárias e que não estejam sujeitos, especificamente, à prestação de contas.
- (E) Haverá prestação de contas da administração tributária, para os efeitos da fiscalização do desempenho da competência tributária do Estado, estabelecida nas Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, nas leis, nos regulamentos, nos contratos e nas instruções em vigor.

10

Consoante o Regulamento do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Excetuado o caso das comprovações de registro de preços, nenhum documento ou comprovante de uso, emprego ou gestão de bens, numerário e valores, poderá ser requisitado, nem livro, registro ou ficha de escrituração ou contabilidade poderá ser objeto de manuseio ou exame fora da sede do órgão, do agente ou do responsável.
- (B) O acompanhamento dos programas de trabalho é verificação da fiel observância da programação anual e plurianual do Governo.
- (C) O desempenho do Controle Interno efetivar-se-á pela auditoria, podendo abranger inspeções, revisões e perícias e avaliação dos programas de trabalho.
- (D) Conforme os respectivos campos de ação e os objetivos a alcançar, as auditorias serão de ordem interna e de ordem externa.
- (E) No âmbito da gestão dos negócios do Estado, o desempenho do controle interno abrangerá a verificação da integridade da documentação e sua autenticidade, implicando força probatória.

11

Considerando o disposto no Decreto 3.148/80, assinale a alternativa correta.

- (A) As tomadas de contas serão efetuadas por meio de balanços e balancetes orçamentários, financeiros, econômicos e patrimoniais, ilustrados com demonstrativos analíticos das dotações movimentadas, das receitas e despesas realizadas, dos resultados alcançados e dos elementos patrimoniais afetados, pelos dirigentes de entidades autárquicas, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços industriais ou comerciais e de repartições ou órgãos incumbidos da execução de serviços ou planos específicos, com autonomia administrativa ou financeira, mas sem personalidade jurídica.
- (B) As tomadas de contas serão efetuadas mediante processo regular, na forma estabelecida no art. 110 do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, pelos responsáveis por adiantamentos.
- (C) As prestações de contas serão efetuadas por meio do processo regular pelos beneficiários de auxílios e subvenções à conta do orçamento do Estado.
- (D) Os processos de prestação de contas serão encaminhados à Auditoria Geral do Estado, dispensada a remessa à Inspeção Geral de Finanças, e serão instruídos com os seguintes documentos quando se referirem às entidades autárquicas: relatório anual da gestão, demonstração da execução orçamentária da receita e da despesa e demonstração das alterações orçamentárias, entre outros.
- (E) Os processos de prestação de contas serão encaminhados à Auditoria Geral do Estado, dispensada a remessa à Inspeção Geral de Finanças, e serão instruídos com os seguintes documentos quando apresentados pelas entidades que recebam subvenções e auxílios: comprovantes de despesa no valor igual ou superior ao do benefício recebido e aprovação das contas pela autoridade concedente.

12

Tendo em vista o disposto no Código de Administração Financeira e seu regulamento, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Serão encaminhados, simultaneamente, à Auditoria Geral do Estado, à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas do Estado, os processos de prestação de contas instruídos com os seguintes documentos, quando se referirem às Empresas Públicas que não revistam a forma de Sociedade Anônima e às Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual: relatório anual da gestão, demonstração da execução orçamentária da receita e da despesa e demonstração das alterações orçamentárias, entre outros.
- (B) Serão encaminhados, simultaneamente, à Auditoria Geral do Estado, à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas do Estado, os processos de prestação de contas instruídos com os seguintes documentos, quando se referirem às sociedades de economia mista e às empresas públicas que revistam a forma de sociedade anônima: relatório anual da diretoria, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, entre outros.
- (C) Deverão instruir, ainda, a prestação de contas das sociedades de economia mista e às empresas públicas que revistam a forma de sociedade anônima, se for o caso, o certificado de Auditoria independente e respectivo relatório.
- (D) As empresas públicas não revestidas da forma de sociedades anônimas remeterão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do encerramento do exercício financeiro, relatório anual da gestão, demonstração da execução orçamentária da receita e da despesa e demonstração das alterações orçamentárias, entre outros.
- (E) As fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, remeterão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, depois de aprovado pelo Secretário de Estado a que estiverem vinculadas, o relatório dos respectivos serviços de contabilidade, o parecer de órgão interno que deva pronunciar-se sobre as contas, as alterações estatutárias havidas no exercício e a relação dos responsáveis por adiantamentos e sua posição ante a entidade, entre outros.

13

Considerando o disposto no Decreto 3.148/80, assinale a alternativa correta.

- (A) O encaminhamento ao Tribunal de Contas das prestações de contas das sociedades de economia mista será feito pelo seu presidente.
- (B) As entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Estado ou a qualquer entidade da administração indireta, bem como as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, ficam submetidas à fiscalização financeira do Tribunal de Contas, ficando, neste caso, prejudicada a atuação do controle interno exercido pelo Poder Executivo.
- (C) A fiscalização das entidades públicas com personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Estado respeitará as peculiaridades de funcionamento da entidade, limitando-se a verificar a exatidão das contas e a legitimidade dos atos, e levará em conta os seus objetivos, natureza empresarial e operação, segundo os métodos do setor privado da economia, sendo vedada a imposição de normas não previstas na legislação geral ou específica e a interferência na política adotada pela entidade para a consecução dos objetivos estatutários e contratuais.
- (D) Na administração direta a prestação de contas dos ordenadores, agentes arrecadadores, exatores, tesoureiros e pagadores, inclusive dos responsáveis por adiantamento, almoxarifado e bens patrimoniais, será feita pelas Coordenadorias de Contabilidade Analítica e encaminhada à Auditoria Geral do Estado, para exame e pronunciamento, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da comunicação ou conhecimento do fato, em casos de impugnação de despesas feitas por adiantamento.
- (E) Nos processos de tomada de contas dos ordenadores de despesa, poderá ou não ser indicado o valor, espécie e natureza da caução ou fiança prestada pelo responsável, se exigida.

14

De acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Fazenda, as competências da Coordenação de Normas e Procedimentos são as relacionadas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) Preparar as minutas de editais, ajustes, contratos, convênios e termos.
- (B) Encaminhar cópias dos editais de concorrência ao Tribunal de Contas do Município e aos demais órgãos cuja legislação obrigue.
- (C) Entregar os editais de licitação aos interessados e proceder ao controle das entregas.
- (D) Receber os recursos administrativos interpostos e encaminhá-los ao órgão competente para a análise jurídica.
- (E) Auxiliar a Comissão Permanente de Licitação no exercício de suas atividades.

15

De acordo com o Decreto 3.148/80, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Os substitutos eventuais ou automáticos de quaisquer responsáveis sob a jurisdição do Tribunal de Contas passarão a figurar na tomada de contas dos responsáveis, quando assumirem as funções destes e serão incluídos com os mesmos elementos de informação exigidos dos responsáveis.
- (B) As tomadas de contas abrangem 100% das operações ordenadas ou realizadas pelos responsáveis no período da gestão, não importando a origem dos recursos.
- (C) Todas as peças constitutivas do processo deverão ser assinadas, numeradas e rubricadas pelo Inspetor Setorial de Finanças ou chefe do órgão de contabilidade equivalente.
- (D) Com base em dados fornecidos pelos órgãos ou unidades, deverá ser organizada, em três vias, relação atualizada de todos os responsáveis por dinheiro, valores e outros bens públicos, das quais a 1ª e 2ª vias serão encaminhadas, até 31 de março, à Auditoria Geral do Estado e à Inspeção Geral de Finanças, respectivamente, e a 3ª via ficará arquivada na Divisão de Revisão e Tomada de Contas da Inspeção Setorial de Finanças.
- (E) Compete às Coordenadorias de Contabilidade Analítica, na administração direta, e aos órgãos de contabilidade, nas autarquias, a organização, em cada caso, dos processos de prestação de contas e de tomada de contas dos ordenadores de despesa, tesoureiros e pagadores, responsáveis por almoxarifados e por bens patrimoniais, exatores estaduais e demais responsáveis por bens e valores públicos das entidades integrantes da Administração Estadual.

16

Considerando o disposto no regulamento do Código de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Quando o Certificado de Auditoria contiver ressalvas, serão estas minuciosamente descritas em relatório anexado ao Certificado e numeração correspondente.
- (B) Quando o Certificado de Auditoria concluir pela irregularidade das contas, deverá estar acompanhado do relatório no qual se configure a irregularidade.
- (C) Os Certificados de Auditoria serão elaborados por auditores da Auditoria Geral do Estado, com base na execução de programas gerais ou específicos de auditoria contábil e serão subscritos pelo Auditor Geral do Estado ou por servidor por este designado, ambos qualificados profissionalmente.
- (D) A Auditoria Geral do Estado manterá registro cronológico de entrada e saída dos processos relativos a tomadas e prestações de contas.
- (E) As Inspeções Setoriais de Finanças ou órgão de contabilidade equivalentes manterão arquivados e à disposição da Auditoria Geral do Estado e dos Agentes incumbidos do controle externo, de competência do Tribunal de Contas do Estado, pelo prazo mínimo de 15 anos, os comprovantes das operações realizadas.

17

Assinale a afirmativa **INCORRETA**, considerando a legislação financeira do Estado do Rio de Janeiro.

- (A) A Auditoria Geral do Estado emitirá o Certificado de Auditoria até 80 (oitenta) dias contados da entrada do processo em seu protocolo, encaminhando-o ao Secretário competente para remessa ao Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Os processos de tomadas e prestações de contas, na administração direta e nas autarquias, serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do encerramento do exercício financeiro, instruídos na forma do disposto nos arts. 18 e 22, acompanhados do Certificado da Auditoria Geral do Estado e relatório específico.
- (C) O exame pela Auditoria Geral do Estado poderá, a critério desta, ser dispensado, se as contas estiverem acompanhadas de relatório e parecer de Auditor independente, não se eximindo a mesma Auditoria Geral, todavia, da emissão do respectivo parecer conclusivo.
- (D) A Auditoria Geral do Estado elaborará relatório com parecer conclusivo quanto à regularidade ou irregularidade das contas, emitindo Certificado de Auditoria.
- (E) O Certificado de Auditoria será pleno se o relatório da Auditoria Geral concluir pela regularidade das contas.

18

A Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, órgão integrante da estrutura da Administração Direta Estadual, constitui-se como órgão central da administração financeira, econômica, contábil, fiscal e tributária do Estado, sendo dirigida pelo Secretário de Estado de Fazenda, consoante o disposto na Resolução SEF 45/07, e tem como finalidades as descritas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) Prover os recursos financeiros do Estado, formulando e implementando políticas que garantam a justiça fiscal, promovendo, com excelência, a tributação, a arrecadação e a fiscalização para o desenvolvimento de ações de governo.
- (B) Elaborar a programação financeira mensal e anual do Tesouro Estadual.
- (C) Gerenciar a Conta Única do Tesouro Estadual e subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública.
- (D) Administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Estadual.
- (E) Divulgar, semestralmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária, nos termos da legislação vigente.

19

De acordo com o disposto na Resolução SEF 45/07, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A atuação da Auditoria Geral do Estado abrangerá todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, bem como os Fundos Especiais.
- (B) Os órgãos e entidades integrantes da estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro deverão criar condições necessárias, disponibilizando local adequado e possibilitando acesso às informações, para desenvolvimento dos trabalhos dos técnicos da Auditoria Geral do Estado.
- (C) A Auditoria Geral do Estado informará ao Secretário de Estado de Fazenda, com vistas à aplicação das medidas cabíveis, a não observância de normas e as dificuldades encontradas no trabalho de inspeção ocorridas nos órgãos e entidades auditadas.
- (D) Os órgãos setoriais de Controle Interno remeterão, semestralmente, à Auditoria Geral do Estado, Relatório Conclusivo das atividades desenvolvidas no exercício de suas atribuições.
- (E) No decorrer de seus trabalhos, a Auditoria Geral do Estado poderá requisitar qualquer documento ou informação dos órgãos e entidades sob inspeção.

20

Consoante o disposto na Resolução SEF 45/07, as competências da Superintendência de Tributação estão relacionadas nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) A orientação normativa, a supervisão técnica, o planejamento, a avaliação do sistema de tributação e a deliberação em processo de consulta, regime especial e de reconhecimento de imunidade, não incidência, isenção e suspensão de tributo estadual, nos termos da legislação.
- (B) Baixar ato normativo sobre interpretação da legislação tributária.
- (C) Dar caráter normativo às decisões proferidas em processo de consulta.
- (D) Rever, a qualquer tempo, a decisão proferida em processo relativo a consulta e firmar nova orientação não sujeita a recurso.
- (E) Representar a Secretaria de Estado de Fazenda junto à Comissão Técnica Permanente do ISS.

AUDITORIA

21

Qual é o número de parágrafos contidos em um parecer de auditoria que contenha três ressalvas e um parágrafo de ênfase?

- (A) Três.
- (B) Quatro.
- (C) Seis.
- (D) Sete.
- (E) Cinco.

22

De acordo com o CFC, assinale a alternativa correta.

- (A) O risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de fraude é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de erro.
- (B) A capacidade do auditor de detectar uma fraude independe de fatores como a extensão da manipulação e a dimensão relativa dos valores individuais manipulados e a posição dos indivíduos envolvidos.
- (C) A responsabilidade primeira para evitar o cometimento de fraudes em entidades que são auditadas recai sobre o auditor.
- (D) A fraude, seja na forma de informações contábeis fraudulentas ou de apropriação indevida de ativos, envolve o incentivo ou a pressão para que ela seja cometida, mas não necessariamente uma oportunidade percebida para tal ou alguma racionalidade (ou seja, dar razoabilidade a algo falso) do ato.
- (E) São exemplos específicos de respostas à avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, no contexto de erros e fraudes em demonstrações contábeis, visitar locais ou executar certos testes com anúncio prévio ou solicitar que os estoques sejam contados no encerramento dos trabalhos de auditoria.

23

Por ocasião da aplicação dos testes substantivos, o auditor objetiva o alcance de determinadas conclusões. A esse respeito, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Adequação do sistema de controle interno: se as normas estabelecidas pela administração para proteção de seus ativos são efetivas.
- (B) Mensuração, apresentação e divulgação: se os componentes patrimoniais estão adequadamente mensurados, apresentados e divulgados.
- (C) Direitos e deveres: se se encontram adequadamente registrados na contabilidade.
- (D) Ocorrência: se determinada transação efetivamente ocorreu.
- (E) Existência: se determinado componente patrimonial existe em certa data.

24

Uma empresa de auditoria, às vésperas de emitir seu parecer de auditoria sem ressalvas para a empresa Alfa, recebe informação de que a matriz de Alfa entrou em processo de descontinuidade. Nessa situação, o auditor

- (A) deve alterar seu parecer para a modalidade “adverso”.
- (B) deve alterar seu parecer para a modalidade “com ressalvas”.
- (C) deve alterar seu parecer para a modalidade “com abstenção de opinião”.
- (D) deverá renunciar ao trabalho.
- (E) deverá emitir parecer sem ressalvas.

25

A diferença fundamental entre fraudes e erros reside na intenção. Havendo intenção de cometer o ato ou omiti-lo, está caracterizada a fraude. Se aquele item não estiver presente, trata-se de erro. Esses termos podem ser definidos da seguinte forma:

I. fraude: o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; e

II. erro: o ato não intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

O “estouro de caixa” é uma evidência de “caixa dois” (omissão de receitas, existência de recursos não contabilizados). Nesse diapasão, pode-se afirmar que uma de suas causas (“estouro”), que têm como consequência o saldo credor da conta contábil “caixa”, é

- (A) o lançamento contábil da compra de mercadorias sem documento fiscal correspondente.
- (B) a venda de mercadorias para recebimento no longo prazo sem documento fiscal correspondente.
- (C) a venda de mercadorias à vista (com a consequente entrada de recursos) não contabilizada.
- (D) o recebimento de receitas antecipadas (adiantamento de clientes) contabilizado com observância do princípio da oportunidade e da competência.
- (E) o pagamento de despesas dedutíveis para fins de imposto de renda adequadamente contabilizado.

26

O período compreendido entre o término do exercício social e a emissão do parecer é denominado período subsequente, e o auditor deve considerá-lo parte normal da auditoria. Isso ocorre porque, dependendo da natureza e da materialidade dos eventos, ajustes contábeis nas demonstrações contábeis podem ser requeridos. Como exemplo disso, é possível citar perdas significativas em contas a receber e sentenças judiciais.

Especificamente em relação aos eventos e transações ocorridos após a divulgação das demonstrações contábeis, é correto afirmar que

- (A) o auditor não tem responsabilidade e deve fazer indagações sobre as demonstrações contábeis.
- (B) o parecer a ser emitido deverá obrigatoriamente estar enquadrado na modalidade “com ressalvas”.
- (C) o auditor ficará impedido de emitir um parecer “sem ressalvas”.
- (D) ao tomar conhecimento, após a divulgação das demonstrações contábeis, de fato anterior à data de seu parecer que, se fosse conhecido, poderia tê-lo levado a emitir documento com conteúdo diverso do que foi, deverá decidir se as demonstrações contábeis precisarão de revisão.
- (E) quando a administração alterar significativamente as demonstrações contábeis divulgadas, o auditor não deverá ignorar essas alterações, mesmo já tendo emitido seu parecer sobre elas.

27

Qual das situações abaixo impede que o auditor emita um parecer sem ressalva?

- (A) O auditado efetuar os ajustes recomendados pelo auditor.
- (B) Chance remota de determinado ativo não ser realizado.
- (C) Incapacidade de a entidade auditada continuar suas operações.
- (D) Discordância junto à administração quanto a procedimentos contábeis de efeitos relevantes nas demonstrações.
- (E) Ausência de limitação da extensão do seu trabalho.

28

A possibilidade de o auditor vir a emitir um parecer tecnicamente inadequado sobre as demonstrações contábeis por conta de um “tique frio” marcado nos papéis de trabalho por um integrante da equipe de auditoria evidencia

- (A) risco inerente.
- (B) risco de controle.
- (C) risco de detecção.
- (D) necessidade de parecer com ressalvas.
- (E) necessidade de um parecer diferente da modalidade “sem ressalvas”.

29

Quando houver uma limitação no escopo do trabalho do auditor provocado pela entidade auditada, o parecer deverá ser emitido na(s) modalidade(s)

- (A) adverso ou com abstenção de opinião.
- (B) sem ressalvas.
- (C) com parágrafo de ênfase.
- (D) adverso ou com ressalva.
- (E) com ressalva ou com abstenção de opinião.

30

A auditoria das demonstrações financeiras de sociedades controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, por outros auditores independentes, implica a seguinte obrigação para o auditor da sociedade controladora:

- (A) emitir parecer com abstenção de opinião ou adverso.
- (B) emitir parecer com parágrafo de ênfase, em virtude dessa incerteza.
- (C) emitir um parecer com ressalvas, em virtude dessa situação.
- (D) desconsiderar essa situação em seu relatório.
- (E) destacar esse fato em seu parecer.

31

Em resposta a uma circularização, os advogados da entidade auditada assim classificaram as chances de perda nos processos judiciais em que aquela (auditada) era ré:

Natureza	Valor	Risco
Trabalhista	R\$ 3.700.000,00	Remota
Trabalhista	R\$ 6.000.000,00	Provável
Fiscal	R\$ 300.000,00	Possível

Considerando a situação acima e sabendo que o contador adotou os procedimentos corretos, consoante a regulamentação do CFC para estimativas e contingências, o auditor deverá certificar-se de que (sabendo que os saldos são relevantes)

- (A) não foram mencionados quaisquer dos valores acima, uma vez que ainda não houve decisão judicial definitiva.
- (B) apenas as contingências fiscais devem ser contabilizadas.
- (C) todas as contingências acima devem ser contabilizadas.
- (D) em relação à contingência trabalhista enquadrada como remota, não deve ser feito registro no balanço patrimonial nem ser mencionada em notas explicativas.
- (E) a contingência trabalhista classificada como provável não deve ser contabilizada.

32

Leia atentamente as informações a seguir:

I. Quanto melhor o controle interno, apurado por meio de testes de observância, maior deve ser a quantidade de testes substantivos a serem aplicados em função do risco de auditoria.

II. A revisão analítica integra os testes substantivos.

III. Na auditoria da conta Clientes, utiliza-se normalmente o procedimento de confirmação.

IV. Integra o trabalho de auditoria a aplicação de procedimentos para validação de eventos subsequentes após a publicação do parecer.

Assinale

- (A) se apenas as informações I e II forem verdadeiras.
- (B) se apenas as informações I e IV forem verdadeiras.
- (C) se apenas as informações II e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as informações II e IV forem verdadeiras.
- (E) se apenas as informações III e IV forem verdadeiras.

33

Em relação às estimativas e contingências, assinale a alternativa correta.

- (A) Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias. Ou seja, há obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação. Nesse caso, a provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos.
- (B) Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular em que ela opera. O país em que ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0, é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano. Nesse caso, uma provisão não é requerida e não deverá ser reconhecida.
- (C) Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação e opera em um país onde não há legislação ambiental. Entretanto, a entidade possui uma política ambiental amplamente divulgada, em que ela assume a limpeza de toda a contaminação que causa. A entidade tem um histórico de honrar essa política publicada. Há obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação. A saída de recursos é Provável. Nessa situação, uma provisão não deve ser reconhecida.
- (D) Uma entidade opera em uma atividade de extração de petróleo em que seu contrato de licença prevê a remoção da perfuratriz petrolífera ao final da produção e a restauração do solo oceânico. Noventa por cento dos custos eventuais são relativos à remoção da perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção, e dez por cento advêm da extração do petróleo. Na data do balanço, a perfuratriz foi construída, mas o petróleo não está sendo extraído. A saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação é Provável. Nesse caso, nenhuma provisão deve ser reconhecida.
- (E) Uma loja de varejo tem a política de reembolsar compras de clientes insatisfeitos, mesmo que não haja obrigação legal para isso. Sua política de efetuar reembolso é amplamente conhecida. Por não haver previsão legal, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A finalidade básica da auditoria é comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades e das entidades da Administração Pública, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, quando legalmente autorizadas nesse sentido. Assim, é possível afirmar que, dependendo do enfoque, a auditoria se classifica em diferentes modalidades. Com base no exposto, é **INCORRETO** afirmar que a auditoria

- (A) de avaliação da gestão objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à sua economicidade, eficiência e eficácia.
- (B) de acompanhamento da gestão é realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhoras e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- (C) contábil compreende o exame dos registros e documentos e a coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto. Objetiva obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas. Tem por objeto, também, verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos, com vistas a emitir opinião sobre a adequação e fidedignidade das demonstrações financeiras.
- (D) operacional consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da Administração Pública, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a

finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem a aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial, desde que o viés seja predominantemente contábil. Esse tipo de procedimento auditorial consiste numa atividade de assessoramento ao gestor público, com vistas a aprimorar as práticas dos atos e fatos administrativos, sendo desenvolvida de forma tempestiva no contexto do setor público, atuando sobre a gestão, seus programas governamentais e sistemas informatizados.

- (E) especial objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente. Classificam-se nesse tipo os demais trabalhos auditoriais não inseridos em outras classes de atividades.

35

Considerando a doutrina em auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) É recomendável, como regra geral, o uso de mais de um tipo de evidência, de forma a fortalecer as conclusões finais.
- (B) As evidências físicas, obtidas a partir da observação de pessoas, eventos ou condições materiais existentes, sempre que constituírem elementos críticos para o alcance dos objetivos da auditoria, devem ser corroboradas. Por esse motivo, as observações diretas devem ser feitas por, no mínimo, cinco membros da equipe de auditoria, de preferência acompanhados de representantes do auditado. Caso a equipe considere necessário, deve-se preparar uma descrição detalhada das condições observadas e solicitar a anuência formal do representante do auditado.
- (C) As evidências orais, normalmente obtidas em entrevistas, são provas conclusivas, não necessitando ser sustentadas por evidências documentais.
- (D) A confiabilidade das evidências documentais fornecidas pelo sistema de controle do órgão auditado – por exemplo, os demonstrativos contábeis – independe do regular funcionamento desse sistema.
- (E) A existência de um manual de procedimentos, por si só, garante que ele esteja sendo empregado pelo auditado.

Em relação à auditoria do setor público, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) para o desenvolvimento das avaliações, a mensuração dos dados e das informações é realizada por meio de um conjunto de indicativos e indicadores que evidenciam o desenvolvimento da gestão. Para efeito das avaliações sobre os dados e informações, consideram-se os atributos de eficiência, eficácia, legalidade e economicidade da gestão. Os indicadores são informações obtidas com a aplicação de fórmulas que fornecem indícios de eficiência, eficácia, legalidade e economicidade de como são conduzidas as operações, por meio de uma interdependência entre as variáveis em questão. Nesse sentido, a economicidade expressa a variação positiva da relação custo/benefício, em que se busca a otimização dos resultados na escolha dos menores custos em relação aos maiores benefícios. Revela a atenção da gestão com o bom uso qualitativo dos recursos financeiros, por definição, escassos, desde a adequação da proposta orçamentária das metas a serem atingidas, passando pela coerência com respeito aos preços de mercado, o desenvolvimento de fontes alternativas de receita e a obtenção dos menores custos por produto gerado.
- (B) a eficácia é o grau de atingimento das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período.
- (C) a eficiência é a medida da relação entre os recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta, frente a padrões estabelecidos. Mede, então, a utilização dos recursos de que a unidade ou entidade dispõe para realizar um conjunto de ações e operações que visam a atingir um propósito de trabalho previamente programado. A eficiência está associada ao uso dos recursos disponíveis em relação aos produtos e serviços finais elaborados.
- (D) o servidor do sistema de controle interno deve documentar todos os elementos significativos dos exames realizados e evidenciar ter sido a atividade de controle executada de acordo com as normas aplicáveis. Devem, ainda, ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciar o entendimento e o suporte da atividade de controle executada, compreendendo a documentação do planejamento, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos, bem como o julgamento exercido e as conclusões alcançadas.
- (E) no que tange à guarda, os papéis de trabalho deverão estar acondicionados em arquivos do tipo permanente e corrente. O arquivo corrente deve conter assuntos que forem de interesse para consulta sempre que se quiserem dados sobre o sistema, área ou unidade objeto de controle, sendo normalmente reutilizados em exercícios posteriores.

No que diz respeito à auditoria do setor público, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o método de amostragem é aplicado como forma de viabilizar a realização de ações de controle em situações em que o objeto alvo da ação se apresenta em grandes quantidades e/ou se distribui de maneira bastante pulverizada. A amostragem é, também, aplicada em função da necessidade de obtenção de informações em tempo hábil, em casos em que a ação, na sua totalidade, se torne impraticável. Tem como objetivo conhecer as características de interesse de uma determinada população a partir de uma parcela representativa. É um método utilizado quando se necessita obter informações sobre um ou mais aspectos de um grupo de elementos (população) considerado grande ou numeroso, observando apenas uma parte sua (amostra). As informações obtidas dessa parte somente poderão ser utilizadas de forma a concluir algo a respeito do grupo como um todo, caso ela seja representativa.
- (B) existem casos em que não se recomenda a utilização de amostragem, tais como: (1) quando a população é considerada muito pequena, e a sua amostra fica relativamente pequena; (2) quando as características da população não são de fácil mensuração, mesmo que a população não seja pequena; e (3) quando não há necessidade de alta precisão.
- (C) a materialidade se refere ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos.
- (D) a relevância significa a importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.
- (E) a criticidade representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou fiscalizar, identificadas em uma determinada unidade ou programa. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização. Deve-se levar em consideração o valor relativo de cada situação indesejada. A criticidade é, ainda, a condição imprópria, por ilegalidade, por ineficácia ou por ineficiência, de uma situação gestional. Expressa a não aderência normativa e os riscos potenciais a que estão sujeitos os recursos utilizados. Representa o perfil organizado, por área, dos pontos fracos de uma organização.

No que diz respeito à auditoria geral e pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Segundo o Grupo de Trabalho sobre Avaliação de Programa da International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI, uma avaliação de programa distingue-se de uma auditoria de desempenho operacional porque permite responder a questões não abordadas por esta última. A avaliação de programa é, via de regra, mais ambiciosa em relação à análise dos objetivos e dos resultados da intervenção governamental. Essa modalidade de Auditoria de Natureza Operacional utiliza estratégias metodológicas raramente empregadas em auditoria de desempenho operacional, tais como pesquisa, delineamento experimental e delineamentos quase experimentais.
- (B) O Modelo do Marco Lógico foi criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para orientar a formulação, execução, acompanhamento e avaliação de programas ou projetos governamentais submetidos a sua apreciação. Por ser um modelo com grande potencial analítico, seu desenvolvimento pela equipe de auditoria no decorrer da etapa de levantamento propiciará uma visão abrangente do programa ou projeto sob estudo. Ele visa a retratar como estão logicamente estruturadas as atividades desenvolvidas por programas ou projetos governamentais.
- (C) A Auditoria interna é uma atividade dependente e objetiva a prestação de serviços de avaliação (*assurance-a*), mas não de consultoria (*consulting-c*), e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria auxilia a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e governança corporativa.
- (D) O Modelo de Condições Ambientais identifica os fatores internos e externos (clientes, fornecedores, competidores, sindicatos, associações profissionais, autoridades diversas, etc.) que influenciam as atividades desenvolvidas pelo objeto da auditoria. O modelo deve exibir as interações e inter-relações existentes entre os vários grupos de interessados, indicando se são ou não estáveis, complexas ou concorrentes.
- (E) O Modelo de Insumo-Produto procura exprimir como o objeto da auditoria desenvolve as suas atividades, identificando: as informações e os recursos humanos, físicos e financeiros exigidos (insumos), os processos de transformação dos insumos em produtos, os bens e serviços ofertados (produtos), os benefícios proporcionados (impacto), os possíveis indicadores de desempenho, a demanda existente para os produtos gerados e os benefícios desejados (escala de preferências).

Após formuladas as questões de auditoria e os seus desdobramentos (as subquestões), será necessário identificar as informações requeridas para respondê-las e suas respectivas fontes. Para se determinar o tipo de informação que se pretende obter na coleta de dados, os termos-chave empregados na questão de auditoria devem ser definidos, e suas dimensões ou variáveis, identificadas. Por exemplo, ao formular uma questão envolvendo o impacto de uma iniciativa governamental voltada para a melhora do nível de ensino, deve-se definir o que se entende por “melhora do nível de ensino”, identificando-se as dimensões envolvidas nesse conceito. Pode-se considerar, entre outras variáveis, o número de aprovações por série ou a redução da evasão escolar.

A tarefa de traduzir conceitos abstratos em variáveis mensuráveis, definindo indicadores apropriados, é indispensável para que se possa medir o alcance dos objetivos perseguidos pela administração.

As informações coletadas e usadas para dar suporte aos achados de auditoria de desempenho operacional ou de avaliação de programa são consideradas **evidências** e podem assumir as diferentes formas. Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que a evidência

- (A) física diz respeito a dados coletados a partir da observação direta, podendo ser representados por fotografias, mapas, gráficos ou outras representações pictográficas.
- (B) oral compreende declarações geralmente obtidas em entrevistas ou pesquisas com usuários ou beneficiários da iniciativa governamental, bem como com especialistas, gestores ou membros da equipe técnica encarregada.
- (C) documental refere-se a dados registrados em papel ou meio magnético (em geral, os mais empregados em trabalhos de auditoria).
- (D) analítica contempla informações geradas a partir de outras evidências, geralmente envolvendo cálculos, comparações ou sínteses.
- (E) especial é aquela a partir de apuração de fraudes em entidades da mesma natureza, com foco nos testes substantivos para mapeamento do sistema de controle interno.

O auditor, durante a aplicação dos testes, identificou a existência de fraudes envolvendo montante significativo, situação que, se não fosse ajustada, demandaria a emissão de parecer adverso. Após reunião com os gestores, recebeu as demonstrações contábeis devidamente ajustadas, tendo sido acatadas todas as recomendações que havia feito. Nesse caso, o parecer a ser emitido é

- (A) sem ressalva.
- (B) com ressalva ou com parágrafo de ênfase.
- (C) adverso ou com ressalva.
- (D) com abstenção de opinião ou com ressalva.
- (E) com limitação de opinião ou adverso.

CONTABILIDADE PÚBLICA

41

Das operações mencionadas abaixo, aquela representativa de um fato que **NÃO** implica uma variação patrimonial é

- (A) apropriação de despesa de aquisição de um veículo.
- (B) liquidação de restos a pagar não processados.
- (C) pagamento de obrigação de despesa de aquisição de material permanente.
- (D) liquidação de contratação de serviços de terceiros.
- (E) baixa do almoxarifado de material de consumo.

Enunciado para as questões 42 e 43

Na Lei Orçamentária de 2010 um determinado órgão foi contemplado com um crédito orçamentário de R\$ 240.000. No final do exercício foram levantadas as seguintes informações sobre a sua execução:

total de empenhos emitidos no período	R\$ 228.000
empenhos anulados por impropriedades na sua emissão	R\$ 6.000
despesas pagas	R\$ 162.000
empenhos não liquidados até 31/12	R\$ 38.400
despesas liquidadas e não pagas em 31/12	R\$ 18.600
empenhos considerados insubsistentes em 31/12	R\$ 3.000

Sabe-se que as disponibilidades financeiras existentes saldarão todas as obrigações assumidas e registradas.

42

No encerramento do exercício financeiro, em 31/dez, a economia orçamentária do crédito distribuído correspondeu a

- (A) R\$ 21.000.
- (B) R\$ 18.000.
- (C) R\$ 9.000.
- (D) R\$ 12.000.
- (E) R\$ 66.000.

43

O montante dos Restos a Pagar inscrito no exercício financeiro foi igual a

- (A) R\$ 18.600.
- (B) R\$ 45.000.
- (C) R\$ 38.400.
- (D) R\$ 57.000.
- (E) R\$ 66.000.

44

Na LOA de 2010, uma determinada Unidade Orçamentária foi contemplada com um crédito inicial de R\$ 900.000. Durante o exercício, foi autorizado e aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 120.000 e outro especial no valor de R\$ 60.000. No final do respectivo exercício, as contas relativas à execução da despesa apresentavam os seguintes saldos:

Crédito Disponível	R\$ 165.000
Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	R\$ 225.000
Crédito Pago	R\$ 600.000

Levando-se em consideração que, no exercício financeiro, não ocorreu qualquer operação de descentralização de créditos, o montante dos Créditos Empenhados a Liquidar era de

- (A) R\$ 915.000.
- (B) R\$ 690.000.
- (C) R\$ 90.000.
- (D) R\$ 135.000.
- (E) R\$ 390.000.

45

No mês de março de 2010 a unidade gestora 0001 realizou uma descentralização interna de crédito, destinado a investimento da unidade gestora 0002. O registro contábil referente a essa movimentação na unidade recebedora foi

- (A) Crédito Disponível
a Cota de Despesa a Programar
- (B) Provisão Recebida
a Crédito Disponível
- (C) Destaque Recebido
a Crédito Disponível
- (D) Cota de Sub-repasse Recebido
a Dotação Inicial
- (E) Crédito Inicial
a Crédito Disponível

46

Os fatos contábeis são resultantes da escrituração de atos e fatos administrativos que podem ser classificados em orçamentários e extraorçamentários. São exemplos de fatos administrativos de natureza orçamentária

- (A) arrecadação de receitas e assinatura de contratos.
- (B) inscrição da dívida ativa e concessão de fianças.
- (C) aprovação de crédito especial e emissão de empenho.
- (D) recebimento de bens doados e pagamento de restos a pagar.
- (E) liquidação de despesa orçamentária e arrecadação da receita.

47

No final de cada exercício financeiro, os entes federativos devem elaborar suas demonstrações contábeis e, entre elas, a Demonstração das Variações Patrimoniais, que na sua estrutura deve evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou não da execução orçamentária, indicando também o resultado patrimonial do exercício. Integram as variações passivas, independentes da execução orçamentária,

- (A) interferências passivas e as mutações passivas.
- (B) despesas extraorçamentárias e os decréscimos patrimoniais.
- (C) decréscimos patrimoniais e despesas orçamentárias.
- (D) mutações passivas e os acréscimos patrimoniais.
- (E) decréscimos patrimoniais e as mutações ativas.

48

Uma determinada despesa realizada durante o exercício financeiro de 2010 foi classificada por ocasião do seu pagamento com a seguinte codificação numérica: **4.4.90.52**. Na estrutura da natureza da despesa utilizada atualmente em cumprimento às normas legais, o 5º e o 6º dígitos, formando o número 52, indica

- (A) a categoria econômica.
- (B) o elemento de despesa.
- (C) a modalidade de aplicação.
- (D) o subelemento de despesa.
- (E) o grupo de natureza da despesa.

49

Durante o exercício de 2010 ocorreram as seguintes operações (valores em R\$), que foram registradas na contabilidade de um determinado ente federativo:

Arrecadação de Tributos	14.000
Venda de Veículos	4.000
Operações de Créditos (Contrato)	4.400
Pagamento de Restos a Pagar	6.000
Recebimentos de Aluguéis	2.000
Amortização de Empréstimos obtidos	6.400
Pagamento de Pessoal	11.200
Depósitos Diversos Origens	8.000
Pagamento de Juros de empréstimos	6.200
Restituição de Depósitos Recebidos	4.000
Retenções sobre folha de pagamento	2.500
Transferências para Consignatários	3.000

Sabendo-se que, em 31/12/2010, o razão da conta “Despesas Empenhadas e Liquidadas” indicava um saldo de R\$ 3.200, é correto afirmar que o resultado financeiro apurado no exercício foi

- (A) déficit de R\$ 1.900.
- (B) déficit de R\$ 4.400.
- (C) superávit de R\$ 1.300.
- (D) superávit de R\$ 2.600.
- (E) zero.

50

De acordo com o preceito estabelecido no art. 35 da Lei 4.320/64 e em consonância com o conceito dos estágios da receita e despesa pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. A receita orçamentária deverá ser registrada a partir da efetiva arrecadação de recursos financeiros.
- II. A despesa orçamentária deverá ser apropriada quando for verificado que bens e serviços foram entregues, conforme determinado pelo regime de competência.
- III. A despesa orçamentária deverá ser apropriada a partir da emissão do empenho, independentemente do recebimento de bens e serviços no decorrer do exercício financeiro.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

Enunciado para as questões 51 e 52

Em 31 de dezembro o balancete de um determinado ente federativo apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos, após a apuração do resultado que correspondeu a um déficit patrimonial de R\$ 10.680:

CONTAS	SALDO (R\$)
Bancos	60.000
Créditos Fiscais Inscritos	13.600
Créditos a Receber – Salário Família	280
Bens Móveis	36.800
Fornecedores do Exercício	31.600
Pessoal a Pagar do Exercício	10.800
Empréstimos Concedidos	36.000
Diversos Responsáveis	2.240
Depósitos de Diversas Origens	8.400
Contratos de Serviços	58.400
Bens Imóveis	74.800
Encargos Sociais a Recolher	9.200
Operações de Créditos por Contrato - LP	94.400
Operações de Créditos por Títulos - LP	106.000
Almoxarifado – Material de Consumo	26.000
Direitos e Obrigações Contratadas	58.400

51

No balanço patrimonial elaborado, o valor do ativo não financeiro (ativo permanente) era igual a

- (A) R\$ 161.200.
- (B) R\$ 189.440.
- (C) R\$ 247.720.
- (D) R\$ 175.840.
- (E) R\$ 125.200.

52

No balanço, o montante demonstrado da dívida pública flutuante era igual a

- (A) R\$ 200.400.
- (B) R\$ 250.000.
- (C) R\$ 51.600.
- (D) R\$ 60.000.
- (E) R\$ 260.400.

Enunciado para as questões 53 a 56

Na Lei Orçamentária de 2010 de um ente federativo, foi prevista a arrecadação de receitas e a fixação de despesas no montante de R\$ 485.000.

O resumo da execução orçamentária do exercício com os dados computados até 31/12 está indicado nos demonstrativos abaixo:

Receitas Arrecadadas (em R\$)	
Impostos	300.000
Operações de Créditos	3.000
Cobrança da Dívida Ativa	3.000
Alienação de Bens Imóveis	2.000
Aluguéis	50.000
Serviços	100.000
Transferências Correntes	18.000
Total	476.000

Despesas (em R\$)		
Elementos	Liquidadas e Pagas	Liquidadas
Vencimentos	350.000	---
Encargos Sociais	19.400	---
Juros da Dívida	13.000	---
Material de Consumo	46.200	9.800
Serviços de Terceiros	25.000	16.000
Material Permanente	380	20
Amortização da Dívida	2.700	---
Total	456.680	25.820

53

No exercício financeiro de 2010, o montante arrecadado referente às Receitas Efetivas foi igual a

- (A) R\$ 449.000.
- (B) R\$ 455.000.
- (C) R\$ 452.000.
- (D) R\$ 468.000.
- (E) R\$ 476.000.

54

O Resultado Orçamentário apurado no exercício correspondeu a um

- (A) Déficit Orçamentário de R\$ 6.500.
- (B) Superávit Orçamentário de R\$ 6.500.
- (C) Déficit Orçamentário de R\$ 9.000.
- (D) Superávit Orçamentário de R\$ 9.000.
- (E) Superávit Orçamentário de R\$ 19.320.

55

A Economia da Execução Orçamentária foi de

- (A) R\$ 19.320.
- (B) R\$ 6.500.
- (C) R\$ 2.500.
- (D) R\$ 2.000.
- (E) R\$ 28.320.

56

O valor correspondente à arrecadação de Receitas Correntes foi igual a

- (A) R\$ 476.000.
- (B) R\$ 471.000.
- (C) R\$ 468.000.
- (D) R\$ 421.000.
- (E) R\$ 419.000.

57

No que concerne ao conceito e classificação relacionados com despesa pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. Toda receita orçamentária efetiva é uma receita primária, mas nem toda receita primária é uma receita orçamentária efetiva.
- II. As receitas de capital constituem, a princípio, fatos meramente permutativos e resultam do aumento do ativo ou com aumento simultâneo do passivo.
- III. Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, ainda que não previstas na Lei Orçamentária Anual.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

58

Em 20/05/2010, uma Unidade Orçamentária verificou que houve uma impropriedade na liquidação de uma determinada despesa, realizada em 15/05. Para contornar essa situação, foi preciso efetuar a anulação daquela operação. O registro contábil correspondente, pelo controle da célula da despesa, realizado foi

- (A) Crédito Empenhado a Liquidar a Crédito Empenhado Liquidado
- (B) Crédito Disponível a Crédito Empenhado Liquidado
- (C) Crédito Empenhado Liquidado a Crédito Disponível
- (D) Crédito Empenhado Liquidado a Crédito Empenhado a Liquidar
- (E) Crédito Orçamentário Inicial a Crédito Disponível

59

Um determinado ente federativo realizou no exercício de 2010 as seguintes operações, que foram registradas na contabilidade:

arrecadação de receitas tributárias	23.500
doação de bens móveis a terceiros	2.000
receitas de aluguéis	850
pagamento de pessoal e encargos	10.000
aquisição de bens móveis	2.000
amortização de empréstimos concedidos	2.100
realização de despesas de capital (construção de escola)	1.900
realização de outras despesas correntes	2.400
apropriação da depreciação de bens móveis e imóveis	1.000
empenho, liquidação e pagamento de serviços de terceiros	6.000
baixa do almoxarifado de material para consumo	200
venda de bens móveis pelo valor líquido contábil	1.800

Com base nesses dados, o Resultado Patrimonial apurado e indicado na Demonstração das Variações Patrimoniais, elaborada de acordo com os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-SP-T-16) e nas instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Parte V), corresponderia a um

- (A) superávit de 2.750.
- (B) superávit de 3.750.
- (C) superávit de 4.950.
- (D) superávit de 1.900.
- (E) superávit de 2.950.

60

Os bens que formam o patrimônio do Estado são classificados sob dois aspectos: o jurídico e o contábil. Com base na classificação do critério jurídico e de acordo com o novo enfoque dado ao Patrimônio Público pelas NBCASP, **NÃO** integram o patrimônio das entidades públicas os bens

- (A) intangíveis.
- (B) dominicais.
- (C) de uso especial.
- (D) de domínio público artificiais.
- (E) de domínio público naturais.

CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS

61

Em X9, as atividades operacionais da Cia. X consumiram R\$ 3.000, as atividades de financiamentos consumiram R\$ 7.000 e as atividades de investimento geraram R\$ 12.000. Qual foi o saldo de caixa e equivalentes a caixa da Cia. X em 31/12/X9, considerando que esse saldo em 01/01/X9 era de R\$ 14.000?

- (A) R\$ 12.000.
- (B) R\$ 8.000.
- (C) R\$ 2.000.
- (D) R\$ 16.000.
- (E) R\$ 26.000.

62

A respeito do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, **NÃO** é correto afirmar que

- (A) as normas emitidas pelo CPC devem ser aplicadas nos balanços individuais e consolidados das empresas, diferente do que acontece na União Europeia.
- (B) o CPC determina que as normas emitidas por ele devem ser aplicadas nas sociedades abertas, bancos e seguradoras.
- (C) as modificações introduzidas pelas normas emitidas pelo CPC devem ser fiscalmente neutras.
- (D) o CPC fornece tratamento diferenciado a pequenas e médias empresas.
- (E) o CPC é formado sob a égide de seis entidades não governamentais.

63

Qual das alternativas a seguir constitui uma incorporação reversa?

- (A) X incorpora Y, sendo que X é investida de Y.
- (B) X incorpora Y, sendo que X e Y são investidas de Z.
- (C) Z incorpora Y, sendo que X é investida de Y.
- (D) X incorpora Y, sendo que Y é investida de X.
- (E) Y incorpora Z, sendo que Z é investida de X.

64

Em 31/12/2010, a Cia. SM, empresa de comércio varejista, apresentava os seguintes saldos (em reais) em seu balancete, além das contas do Patrimônio Líquido:

Contas a receber com vencimento em 540 dias: \$ 33.000; Clientes com vencimento em 60 dias: \$ 200.000; Imóveis: \$ 800.000; Depreciação Acumulada: \$ 100.000; Dividendos a pagar: \$ 30.000; Caixa e Equivalentes de Caixa: \$ 45.000; Fornecedores com prazo de 90 dias: \$ 48.000; Provisão para Perdas nos Estoques: \$ 12.000; Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: \$ 8.000; Estoques previstos para serem vendidos em 60 dias: \$ 73.000; Empréstimo a sócio com vencimento em 70 dias: \$ 16.000; Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 18 meses: \$ 18.000; Contas a pagar com vencimento em 180 dias: \$ 44.000; Computador: \$ 9.000.

Qual é o valor do Ativo Circulante total da Cia. SM apresentado no Balanço Patrimonial da empresa de 31/12/2010?

- (A) R\$ 298.000.
- (B) R\$ 310.000.
- (C) R\$ 340.000.
- (D) R\$ 330.000.
- (E) R\$ 326.000.

65

Em dezembro de 2010, a Cia. J incorreu nos seguintes eventos (em reais): Despesas de propaganda: R\$ 13.000; Despesas comerciais: R\$ 25.000; Compra de máquinas para a fábrica: R\$ 60.000; Despesa de Depreciação das máquinas da fábrica: R\$ 17.000; Compra de móveis para o escritório: R\$ 28.000; Despesa de Depreciação dos móveis do escritório: R\$ 9.000; Despesa de Vendas: R\$ 15.000; Mão de obra direta incorrida: R\$ 54.000; Mão de obra indireta incorrida: R\$ 42.000; Matéria-prima consumida: R\$ 50.000.

O custo de transformação em dezembro, dado que a Cia. J é industrial, foi

- (A) R\$ 146.000.
- (B) R\$ 173.000.
- (C) R\$ 163.000.
- (D) R\$ 223.000.
- (E) R\$ 113.000.

66

A Cia. W produz e vende exclusivamente o produto w. Cada produto é vendido a R\$ 180,00 e tem custo variável de R\$ 60,00. Ademais, a empresa paga comissão de venda de 15% do preço. Em 2010, a empresa vendeu 300 unidades de w, e o total dos custos de produção foi de R\$ 27.000. Qual é a quantidade do produto w que a Cia. W deve vender para que seja alcançado seu Ponto de Equilíbrio Contábil, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social?

- (A) 75 unidades.
- (B) 10 unidades.
- (C) 97 unidades.
- (D) 291 unidades.
- (E) 194 unidades.

67

Uma agência de turismo vende em agosto dez pacotes para uma viagem, que acontecerá entre 20 a 30 de dezembro, a R\$ 6.000 cada. O valor será pago em 3 parcelas de igual montante, em 10 de setembro, 10 de outubro e 10 de novembro.

Como será contabilizada a receita dessa agência de turismo em relação aos pacotes vendidos?

- (A) Receita de R\$ 60.000 no mês de agosto.
- (B) Receita de R\$ 60.000 no mês de novembro.
- (C) Receita de R\$ 60.000 no mês de janeiro.
- (D) Receita de R\$ 60.000 no mês de dezembro.
- (E) Receita de R\$ 20.000 nos meses de setembro, outubro e novembro.

68

A Cia. K teve seu indicador de Liquidez Imediata aumentado durante o mês de janeiro de 2010. O que pode ter acontecido para gerar esse aumento?

- (A) Venda de um computador que era utilizado nos negócios da empresa com recebimento previsto para o mês seguinte.
- (B) Compra de estoque com pagamento em março de 2010.
- (C) Compra à vista de maquinário para ser utilizado na empresa.
- (D) Declaração de dividendos pela empresa.
- (E) Integralização de capital social em dinheiro pelos sócios da empresa.

69

Assinale a alternativa que apresente, respectivamente, a característica qualitativa das Demonstrações Contábeis, conforme o Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo CPC, relacionada corretamente às descrições a seguir:

- capacidade dos usuários com conhecimentos de contabilidade de entender prontamente as demonstrações contábeis;
 - capacidade de as demonstrações influenciarem as decisões econômicas dos usuários;
 - capacidade de representar adequadamente o que se propõe a retratar;
 - capacidade de analisar a demonstração contábil de uma empresa de diversos exercícios.
- (A) Compreensibilidade, Relevância, Confiabilidade, Comparabilidade
 - (B) Confiabilidade, Materialidade, Compreensibilidade, Comparabilidade
 - (C) Compreensibilidade, Relevância, Integridade, Comparabilidade
 - (D) Compreensibilidade, Materialidade, Confiabilidade, Confiabilidade
 - (E) Confiabilidade, Relevância, Primazia da Essência sobre a Forma, Comparabilidade

70

A Cia. OH possui controle de participação na Cia. VB, com 51% das ações ordinárias. Em 20 de abril de 2011, a Cia. OH vendeu um item do estoque que estava avaliado por R\$ 10.000 pelo valor de R\$ 15.000 à vista. Qual foi o resultado da Cia. OH com essa operação, considerando que a taxa de juros aplicável para a Cia. OH é de 2% ao mês e que o estoque estava no patrimônio da investida?

- (A) Zero.
- (B) Prejuízo de R\$ 100.
- (C) Lucro de R\$ 5.000.
- (D) Lucro de R\$ 4.901.
- (E) Prejuízo de R\$ 99.

71

Em 31 de dezembro de 2010, a Cia. J tinha como únicos ativos imobilizados um computador no valor de R\$ 1.000 e uma moto, no valor de R\$ 15.000. A empresa efetuou uma análise para definir a capacidade de recuperação de seus ativos imobilizados. Ela verificou que o computador poderia ser vendido por R\$ 1.200, enquanto, pelo fluxo de caixa descontado, verificou que o uso do ativo poderá gerar benefícios no valor de R\$ 1.700. Já a moto poderia ser vendida por R\$ 23.000. Pelo fluxo de caixa descontado, o uso desse ativo poderá gerar benefícios no valor de R\$ 19.000. Qual deve ser o valor do ativo imobilizado da Cia. J em 31 de dezembro de 2010, considerando-se que ele é composto somente pelo computador e pela moto?

- (A) R\$ 16.000.
- (B) R\$ 24.700.
- (C) R\$ 20.700.
- (D) R\$ 24.200.
- (E) R\$ 20.200.

72

Assinale a alternativa que melhor corresponde à capacidade informacional proporcionada pela análise vertical da Demonstração do Resultado do Exercício.

- (A) Analisar a estratégia de gestão comercial e de estocagem.
- (B) Analisar a capacidade de geração de caixa de uma empresa.
- (C) Analisar a capacidade de pagamento de uma empresa.
- (D) Analisar a evolução do comportamento das despesas de uma empresa ao longo dos anos.
- (E) Analisar que despesas mais influenciam na formação do prejuízo de uma empresa.

73

Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- (A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingências.
- (B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingências.
- (C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- (D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- (E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

74

Em 01 de janeiro de X1, a Cia. F comprou 90% de participação da Cia. A, pagando R\$ 900,00, em uma transação efetuada com base no valor patrimonial. Durante o ano de X1, a Cia. A auferiu lucro de R\$ 200,00 e declarou dividendos de 25%, que corresponde ao mínimo obrigatório, sem constituição de reserva legal. Em dezembro de X1, a Cia. F vendeu a sua participação na Cia. A para terceiros por R\$ 1.500,00. Qual foi o resultado obtido pela Cia. F na alienação da participação societária na Cia. A, considerando que o método utilizado é o da equivalência patrimonial?

- (A) R\$ 420.
- (B) R\$ 300.
- (C) R\$ 465.
- (D) R\$ 600.
- (E) R\$ 500.

75

As Cias. Guanabara e Niterói apresentavam os seguintes Balanços Patrimoniais em 01/01/X1:

Cia. Guanabara:

Caixa	1000	Financiamentos	1200
Terrenos	2000	Capital Social	1800
Ativo Total	3000	Passivo+PL	3000

Cia. Niterói:

Caixa	500		
Terrenos	900	Capital Social	1400
Ativo Total	1400	Passivo+PL	1400

Na ocasião, os acionistas de ambas as empresas decidiram efetuar uma fusão, constituindo a Cia. Rio de Janeiro.

Qual foi o valor do Patrimônio Líquido da Cia. Rio de Janeiro em janeiro de X1?

- (A) R\$ 4.400.
- (B) R\$ 3.200.
- (C) R\$ 1.600.
- (D) R\$ 3.000.
- (E) R\$ 1.400.

76

A Cia. CSD apresentou os seguintes saldos referentes ao ano de 2010:

Receitas Financeiras: R\$ 40.000; Receita de vendas de mercadorias: R\$ 500.000; Receita com venda de ativo imobilizado: R\$ 60.000; Custo das mercadorias vendidas: R\$ 380.000; Despesas Financeiras: R\$ 30.000; Dividendos: R\$ 12.000; Devolução de vendas: R\$ 15.000; Abatimentos: R\$ 18.000; Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 30.000; Despesa de depreciação: R\$ 7.000; Custo do imobilizado vendido: R\$ 23.000; Compra de ativo imobilizado: R\$ 30.000.

Qual foi o lucro bruto apresentado pela Cia. CSD em 2010?

- (A) R\$ 30.000.
- (B) R\$ 87.000.
- (C) R\$ 124.000.
- (D) R\$ 117.000.
- (E) R\$ 97.000.

77

A Cia. MM apresentava o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/2009:

ATIVO	
Disponibilidades	67.000
Cientes	45.000
Estoques	30.000
Aluguel antecipado	20.000
Móveis	80.000
Computadores	20.000
Total	262.000
PASSIVO e PATRIMONIO LIQUIDO	
Fornecedores	112.000
Capital Social	150.000
Total	262.000

As seguintes operações ocorreram em 2010:

1. Reconhecimento de Receitas Operacionais à vista, no valor de R\$ 500.000.
2. Despesa de depreciação dos móveis, no valor de R\$ 10.000.
3. Venda dos computadores por R\$ 30.000. Metade do valor foi recebida à vista, e o restante será recebido em janeiro de 2011.
4. O saldo de clientes foi integralmente recebido.
5. Compra de estoque por R\$ 30.000 à vista.
6. Compra de um terreno por R\$ 40.000 à vista.
7. O aluguel foi inteiramente apropriado.
8. Pagamento de dividendos no valor de R\$ 5.000.

Assinale o valor do caixa consumido pela atividade de Investimento da empresa.

- (A) R\$ 20.000.
- (B) R\$ 10.000.
- (C) R\$ 25.000.
- (D) R\$ 35.000.
- (E) R\$ 30.000.

78

A Cia. ABC comprou em 01/01.X1 um imóvel no valor de R\$ 900.000, sendo que foram atribuídos 50% do valor para a construção e 50% para o terreno. A vida útil estimada do edifício foi de 40 anos, com um valor residual de R\$ 50.000. Em 31/12/X2, o imóvel foi vendido por R\$ 860.000.

Qual foi o resultado gerado na alienação desse ativo?

- (A) Prejuízo de R\$ 17.500.
- (B) Lucro de R\$ 430.000.
- (C) Lucro de R\$ 420.000.
- (D) Prejuízo de R\$ 20.000.
- (E) Prejuízo de R\$ 30.000.

79

As alternativas abaixo apresentam casos em que uma empresa controladora pode deixar de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) A controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela controladora.
- (B) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da controladora não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior ou mercado de balcão – mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais).
- (C) A controladora não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto.
- (D) A controladora final (ou intermediária) da controladora disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
- (E) Os acionistas minoritários deliberaram em reunião oficial não haver necessidade de divulgação.

80

Em janeiro de X0, a editora Contábil vendeu 20 assinaturas anuais da revista *Eu amo Contabilidade* por R\$ 120,00 cada. As revistas serão entregues a partir de 01 de fevereiro de X0. Considerando que o recebimento será em 6 parcelas iguais e mensais a serem recebidas de janeiro a junho de X0 e que a revista é quinzenal, determine o valor da receita apurada em janeiro de X0 pela editora Contábil.

- (A) Zero.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 400,00.
- (D) R\$ 2.400,00.
- (E) R\$ 120,00.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E RESPONSABILIDADE FISCAL

81

No tocante à despesa total com pessoal, caso ela ultrapasse os limites deferidos na LRF, o percentual excedente deverá ser eliminado

- (A) nos dois semestres seguintes.
- (B) nos dois quadrimestres seguintes.
- (C) nos três quadrimestres seguintes.
- (D) nos dois quadrimestres seguintes, com pelo menos metade no primeiro.
- (E) nos dois quadrimestres seguintes, com pelo menos dois terços no primeiro.

82

No tocante às despesas com seguridade social, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) É necessária a indicação da fonte de custeio.
- (B) É necessária a declaração de que não afetará as metas fiscais.
- (C) É obrigatória a apresentação de medidas de compensação.
- (D) É obrigatória a apresentação de memória de cálculo.
- (E) É dispensada a compensação em caso de expansão qualitativa do atendimento e dos serviços prestados.

83

No tocante às transferências voluntárias, é correto afirmar que

- (A) é dispensada a existência de dotação específica.
- (B) é necessária a comprovação, por parte do beneficiário, de que o PPA está de acordo com a LDO.
- (C) é necessária a previsão orçamentária de contrapartida por parte do beneficiário.
- (D) é dispensada a observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- (E) é dispensada a observância dos limites operacional, de crédito por antecipação da receita.

84

A seguir, são elencados instrumentos da transparência da gestão fiscal, **À EXCEÇÃO DE UM**. Assinale-o.

- (A) Versão simplificada do relatório de gestão fiscal.
- (B) Versão simplificada do relatório resumido orçamentário.
- (C) O relatório resumido de execução orçamentária.
- (D) O parecer prévio.
- (E) Versão simplificada da realização de audiências públicas.

85

O relatório resumido de execução orçamentária abrange diversos itens, listados nas alternativas a seguir, **À EXCEÇÃO DE UMA**. Assinale-a.

- (A) Balanço orçamentário.
- (B) Demonstrativo de execução das receitas de grupo e natureza.
- (C) Demonstrativo de execução de despesas de função e subfunção.
- (D) Demonstrativo de apuração da receita corrente líquida.
- (E) Receitas e despesas previdenciárias.

86

NÃO integra o relatório de execução orçamentária, em nenhuma hipótese,

- (A) restos a pagar.
- (B) concessão de garantias.
- (C) projeção atuarial do regime de previdência.
- (D) variação patrimonial vencendo alienação de ativo e aplicação de recursos decorrentes dessa alienação.
- (E) justificativa de limitação de empenho quando for o caso.

87

NÃO integra o relatório de gestão fiscal o demonstrativo de

- (A) resultado nominal ou primário.
- (B) despesa total com pessoal.
- (C) dívidas consolidadas e mobiliárias.
- (D) concessão de garantias.
- (E) operações de créditos.

88

Estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal

- (A) a União, os Estados, o DF e os Municípios com menos de 50 mil habitantes apenas.
- (B) a União, os Estados, o DF e os Municípios com mais de 50 mil habitantes apenas.
- (C) a Administração Direta e a Indireta.
- (D) as Administrações Diretas, os fundos, as autarquias, fundações, empresas estatais dependentes.
- (E) a Administração Direta, as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

89

As operações de crédito por antecipação da receita, mais conhecidas como ARO, além de sujeitarem-se às normas da Resolução 78/1988, do Senado da República, sujeitam-se à da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assinale a alternativa **PROIBIDA** na mencionada lei, com relação à ARO.

- (A) Somente poderão ser realizadas a partir do décimo dia do início do exercício.
- (B) Serão permitidas suas contratações mesmo que seja o último ano de mandato do Presidente, do Governador ou Prefeito Municipal.
- (C) Não serão autorizadas se forem cobrados outros encargos incidentes que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada a taxa básica financeira, ou a que a vier substituir.
- (D) Deverão ser liquidadas (pagas), com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano.
- (E) Estarão proibidas enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

90

No tocante à dívida pública, caso ela ultrapasse os limites definidos na LRF, o percentual excedente deverá ser eliminado

- (A) nos dois semestres seguintes.
- (B) nos dois quadrimestres seguintes.
- (C) nos três quadrimestres seguintes.
- (D) nos três quadrimestres seguintes, com pelo menos metade no primeiro.
- (E) nos dois quadrimestres seguintes, com pelo menos dois terços no primeiro.

91

Em relação aos princípios orçamentários, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De acordo com o princípio da legalidade, o orçamento é uma lei, em sentido formal.
- (B) O princípio da universalidade preconiza que todas as receitas e despesas devem estar no orçamento, evitando que sejam realizados gastos à revelia do orçamento, e, portanto, do controle interno e externo.
- (C) O princípio da publicidade preconiza que o orçamento, para ser válido, precisa ser publicado.
- (D) De acordo com o período da periodicidade, o ciclo orçamentário (elaboração, execução e controle) é de um ano.
- (E) O princípio da unidade preconiza que deve haver uma única lei orçamentária anual para cada ente, ou seja, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (esfera estadual), haverá uma única LOA.

92

Tendo em vista os princípios orçamentários em vigor, descritos a seguir, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Em função do princípio da Especificidade ou Especialização, o orçamento precisa ser detalhado, especificado, para facilitar seu entendimento e acompanhamento.
- (B) Em função do princípio da exclusividade, o plano plurianual não poderá conter matéria financeira, orçamentária.
- (C) Em função do princípio da Não Vinculação dos Impostos, os impostos, regra geral, não podem ser vinculados a órgãos, entidades, fundos ou despesas.
- (D) Em função do princípio do Equilíbrio, a receita prevista na LOA deve ser igual à despesa nela fixada.
- (E) Em função do princípio do Orçamento Bruto, não são permitidas compensações no plano orçamentário.

93

No tocante à receita orçamentária pública, é correto afirmar que

- (A) seus estágios compreendem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento, segundo a doutrina.
- (B) se classifica, quanto à fonte, em corrente e de capital.
- (C) a antecipação de receita orçamentária – ARO consta na Lei Orçamentária Anual, cujo montante figura no campo das receitas correntes previstas.
- (D) a antecipação de receita orçamentária – ARO consta na Lei Orçamentária Anual, cujo montante figura no campo das receitas de capital previstas.
- (E) se classifica, quanto à afetação, em correntes e de capital.

94

Com relação à receita orçamentária, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- (B) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- (C) Quanto à coercitividade, as receitas podem ser enquadradas como originárias e derivadas.
- (D) Quanto à regularidade (uniformidade), são as receitas classificadas como ordinárias e extraordinárias.
- (E) Quanto ao impacto patrimonial, são classificadas como imediatas ou mediatas.

95

No tocante à renúncia de receita, é correto afirmar que

- (A) a concessão de benefício de natureza tributária, a qual decorra de renúncia de receita, deverá estar acompanhada do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que deva iniciar a vigência e nos três seguintes.
- (B) a renúncia de receita é lícita se for considerada na estimativa da receita orçamentária, desde que comprove que não afetará as metas de resultados fiscais, dentre outras exigências.
- (C) a renúncia de receita a ser considerada lícita deverá obrigatoriamente atender a, pelo menos, duas condições, quais sejam: a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa da Lei Orçamentária e estar acompanhada de medida de compensação.
- (D) as medidas de compensação, no tocante à renúncia de receita, deverão entrar em vigor, no máximo, um ano após a renúncia de receita estar vigendo.
- (E) a renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral e alteração de alíquota, não abrangendo a modificação da base de cálculo que implica redução discriminada de tributos.

Quanto à despesa pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O empenho (registro da despesa) pode ser de três tipos: ordinário, estimativo e global. Vale destacar que existe, ainda, o pré-empenho. Muito embora esse item não seja um estágio formal da despesa, é normal sua utilização no dia a dia da Administração Pública.
- (B) As inversões financeiras contemplam as dotações destinadas à (1) aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, (2) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e (3) constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos industriais e agrícolas.
- (C) A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, consistindo em etapa necessária para a realização do pagamento. Trata-se de ato complexo, uma vez que depende da (1) entrega da mercadoria (no caso de compra) ou conclusão da prestação do serviço, de (2) verificação/conferência por parte da Administração Pública, que atestará a despesa (mínimo de dois servidores, sendo indicado nome, cargo e matrícula) após verificar a adequação mercadorias entregues/serviços prestados, e do (3) processamento pela contabilidade (Contadoria ou Controladoria), que, de posse de toda a documentação, viabilizará o pagamento.
- (D) Consoante a Lei 4.320/64, classificam-se como despesas de custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- (E) As subvenções compreendem transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como (1) subvenções sociais as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, e (2) subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

Assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Os restos a pagar são dívidas que serão pagas fora do exercício financeiro em que ocorreram. Uma vez que o fato gerador da despesa é o empenho, ocorrido este estágio, deverá a despesa ser regularmente liquidada e paga, ou, caso isso não aconteça, cancelada. Acontece que nem sempre é possível haver o pagamento no exercício do empenho, em virtude de fatores, como não adimplemento da obrigação por parte dos fornecedores, atrasando a liquidação (estágio prévio e condição obrigatória para pagamento), atraso nos repasses, excesso de processos em tramitação no Departamento de Contabilidade etc. Assim, a dívida será transferida para o próximo ano.
- (B) A Lei 4.320/1964 elencou dois tipos de Restos a Pagar: os chamados processados e os não processados. Os primeiros compreendem as despesas que, além de empenhadas, já foram liquidadas, restando, portanto, apenas o pagamento. Já os Restos a Pagar não processados evidenciariam as despesas pendentes de liquidação.
- (C) O programa de trabalho finalístico compreende pesquisas, estudos e levantamentos que subsidiarão decisões de políticas públicas. Contempla gastos que direcionarão as ações do governo, corroborando para sua melhor aplicação das receitas públicas.
- (D) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que (1) não se tenham processado na época própria, bem como (2) os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os (3) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.
- (E) Os programas de trabalho – PTs discriminam o conjunto de ações necessárias à realização dos objetivos do Estado, que podem abranger a construção de determinado imóvel, a compra de bens, a remuneração dos servidores, o pagamento de contas de luz, de água, de telefone etc.

98

Os créditos adicionais são autorizações concedidas ao chefe de Poder para que ele realize despesas além (ou de forma diferente) do que estava previsto no orçamento. Na prática, corresponde a uma autorização concedida pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo. É necessário que essa autorização seja concedida por meio de lei, uma vez que o orçamento no Brasil é uma lei (LOA) e, para modificá-la, é preciso outra lei. Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) os créditos suplementares objetivam reforçar a dotação (montante destinado na LOA) inicialmente prevista no orçamento, cujos valores foram insuficientemente previstos para contemplar os gastos do exercício. O programa de trabalho está contemplado no orçamento, mas o valor previsto não foi suficiente para sua conclusão.
- (B) os especiais se destinam a atender programas de trabalhos novos, que não estavam inicialmente previstos no orçamento.
- (C) os extraordinários contemplam gastos dirigidos para situações emergenciais (guerra ou calamidade).
- (D) como origens para os créditos adicionais, é possível citar o superávit patrimonial apurado no balanço financeiro do exercício anterior.
- (E) uma vez autorizado, o crédito deverá ser realizado no exercício da abertura (vigência), pelo princípio da anualidade. Contudo, caso o ato de autorização tenha sido concedido nos últimos quatro meses do ano, ele poderá ser reaberto pelo saldo remanescente no exercício seguinte, por meio de novo decreto. Essa prorrogação vale para os créditos especiais e extraordinários, somente.

99

No que tange à matéria orçamentária, é correto afirmar que as emendas

- (A) ao projeto de Lei de Orçamento devem respeitar os quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
- (B) parlamentares ao projeto de lei orçamentária precisam ser compatíveis com a PPA e LDO e indicar os recursos necessários, aproveitando apenas os provenientes de anulação de despesa, qualquer que seja ela.
- (C) ao projeto de Lei de Orçamento que visem alterar a dotação solicitada para despesa de custeio serão aprovadas, haja ou não inexistência da proposta.
- (D) ao projeto de Lei de Orçamento que visem conceder dotação para o início de obra independem de o projeto já estar aprovado pelos órgãos competentes.
- (E) ao projeto de Lei de Orçamento que visem conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço não dependem de este já ter sido criado.

100

Em matéria orçamentária, de acordo com a Constituição da República, é vedado(a)

- (A) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam vinte por cento dos créditos orçamentários totais, salvo em caso de guerra ou calamidade.
- (B) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de correntes, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria relativa.
- (C) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa. Nesse caso, não há necessidade de indicação dos recursos correspondentes.
- (D) a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (E) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual há pelo menos quatro anos.



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS